



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Ata n.º 33

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de treze de Dezembro, primeiro aditamento de dezasseis de Dezembro e segundo aditamento de dezasseis de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Empreitada de Execução de Pavimentos "In Situ" em Parques Infantis Públicos do Concelho de Albufeira; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Execução da Empreitada de " Criação de Espaços Multiusos para Desporto Informal do Edifício das Piscinas Municipais";-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica Vida e Paz para custear o internamento de um Munícipe de Albufeira;-----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica do Azinheiro para custear o internamento de um Munícipe de Albufeira;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Prestação de Serviços para Realização de Medições Acústicas;-----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos em Portugal Continental;-----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017;-----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Fornecimento Contínuo de Acessórios em Poliacetal para Execução de Ramais Domiciliários e Tubo de PEAD - até ao Limite de 26.000,00 euros, acrescido de IVA; -----



- PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Prestação de Serviços de Manutenção da Instrumentação, Automação e Supervisão do Sistema de Telegestão de Abastecimento de Água e Águas Residuais do Município de Albufeira, até ao Limite Anual de 44.715,00, acrescido de IVA;-----
- PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento de Consumíveis e de Serviços de Assistência Técnica a Equipamentos Multifuncionais e de Cópia;-----
- PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Compromissos Plurianuais;-----
- PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Proposta de aditamento ao acordo de execução de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água;-----
- PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----
- PONTO CATROZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6ª Revisão do Orçamento para o ano 2016;-----
- PONTO QUINZE:** Tomada de conhecimento da informação relativa à situação económica e financeira do município, conforme estabelecido na alínea d) do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Certificação Legal de Contas);-----
- PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste direto regime simplificado-Aquisição de serviços de piquete permanente para passagem de ano - Escadas Rolantes da Praça dos Pescadores em Albufeira;-----
- PONTO DEZASSETETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Direitos de Autor, Fim de Ano 2016/2017;-----
- PONTO DEZOITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Licença Delegação Marítima, Fim de Ano 2016/2017;-----
- PONTO DEZANOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Ajuste direto regime simplificado - Locação de módulos camarins e sanitários, Fim de Ano 2016/2017;-----
- PONTO VINTE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Empreitada de reabilitação do moinho do Cerro do Malpique - Trabalhos a mais;-----
- PONTO VINTE E UM:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste direto para aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em



vários locais do Município de Albufeira;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação, da Moção subscrita pelo Partido Socialista, com o tema "Defesa do Novo Hospital Central do Algarve";-----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação, de Contratação de Nova Plataforma Electrónica;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Anacleto Gil Domingues Baptista (PS), Maria Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (PSD), José Geraldês de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando José Rocha Cabrita (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Otelo Guerreiro Cabrita (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira, e o Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório.-----

Faltas: Francisco José Pereira de Oliveira, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões, Ana Alexandre Pereira e Ivânia Correia Mascarenhas (Não solicitou a sua substituição).-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Vera Simões e Ana Pereira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Fernando Cabrita e Otelo Cabrita.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogerio Neto.-----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Vieira: "Boa noite. A minha vinda cá é por causa do ruído na Marina de Albufeira. Todos os dias apanho com a polícia à porta, tenho feito todos os possíveis para não ser multado, tenho feito obras e tenho um vizinho que reclama constantemente, até



quando não há barulho, inclusivamente com o Bar fechado. Eu queria saber se se consegue resolver esta situação. Tenho lá três casas, investi lá muito dinheiro e estou a ser prejudicado constantemente. Sei que tem sido aqui falado do ruído na Marina. É só isso".-----

António Nóbrega: "Boa noite a todos. Só estou aqui por um problema de comunicação que é o seguinte: na qualidade de Presidente do Conservatório de Albufeira. O Conservatório, embora interaja com quatrocentos e cinquenta alunos, desde bebés até aos noventa e tal anos, só conseguimos ter permanentemente duas empregadas administrativas, que foram requisitadas ao Centro de Emprego, que estão desempregadas. Então, pode ter havido um problema de comunicação porque nós temos uma gestão ao limite, quer dizer, aquilo que recebemos é sempre para as despesas - e Senhor Presidente da Câmara (muitas vezes tenho de recorrer dele e então lá a Câmara nos dá uma ajuda) estamos a precisar para pagar vencimentos - e pode ter havido um problema de comunicação porque amanhã é o espetáculo de Natal do Conservatório e penso que os senhores Membros da Assembleia podem não ter recebido o convite. Só estou aqui para os convidar para amanhã, às dezassete horas, aqueles que tiverem possibilidades porque a hora não é a ideal mas foi aquela que nós conseguimos organizar porque gostaríamos de ter o grupos dos idosos que nós acompanhamos e damos assistência, da Misericórdia, do Centro Paroquial de Paderne, gostaríamos de os ter lá, e de maneira que pode ter havido esse problema, acho que houve esse problema de comunicação. Só estou aqui para os convidar para estar presentes amanhã, às dezassete horas, no Auditório Municipal, para assistirem ao espetáculo dos nossos meninos, das nossas crianças, dos nossos jovens e dos idosos que vão apresentar o resultado do primeiro período de ensino, porque o Conservatório é uma escola licenciada de Ensino Artístico e faz tudo o que for possível para contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos nossos habitantes em Albufeira, inclusivamente já temos alunos nossos que tiveram filhos e que estão a frequentar o Conservatório. Não quero mais nada, é só comunicar-vos este convite pessoal porque pode ter havido alguma falha. Muito obrigado".-----

Paulo Xufre: "Eu queria falar aqui um pouco no âmbito de Toponímia. Isto é uma luta muito antiga que eu tenho. Já participei nesta Assembleia, no executivo anterior, neste momento faço parte da Assembleia da Junta de Freguesia e como Albufeirense custa-me muito que nunca tenha havido, por parte das pessoas que vão passando ao longo dos anos à frente desta terra, uma preocupação em ter uma rua, dedicar uma



rua, a Michel Giacometti. Michel Giacometti foi uma pessoa a quem o país deve muito. Deixou-nos um trabalho único dentro da música popular. Inclusive a RTP fez trabalhos, lançou um programa sobre o trabalho dele, há vários exemplos ao longo do país de escolas com o nome dele, em Setúbal o Museu do Trabalho chama-se Museu Michel Giacometti, e Michel Giacometti escolheu Portugal para viver, duas terras para se fixar: foi no concelho de Cascais e no concelho de Albufeira. Passava aqui as suas férias, passava o tempo das suas férias sempre no Café da Júlia, comentava tertúlias entre as pessoas amigas, onde eu tive o orgulho de participar várias vezes e conviver junto dele e custa-me muito que as pessoas que vão passando ao longo do tempo nesta terra não tenham tido a sensibilidade para ver que Albufeira lhe devia o nome de uma rua. No executivo anterior manifestei-me várias vezes junto do Vereador Quintino, tentei sensibilizá-lo para a questão, nunca obtive resposta. Agora, dentro da Assembleia de Freguesia, da qual eu faço parte, falei com o Presidente da Junta que me aconselhou a fazer um pedido por escrito a quem trata desse assunto da Toponímia. Nunca o fiz, não por não ter coragem de o fazer, só que acho que não devia ser por pressão. Acho que as pessoas que estão a frente da terra deviam tentar reconhecer o trabalho que aquele homem deixou ao país, o legado que ele deixou ao país. Para além da música popular, compilou cerca de oitocentas mesinhas escritas, tratamentos caseiros de doenças por ervas medicinais. Deixou-nos um legado único. Embora não fosse português (era da Córsega) deixou-nos um legado que penso que mais ninguém nos deixou sobre a música popular portuguesa e acho que devia ser digno. Se há a Rua dos Passarinhos, há a Rua do Golfe, há a Travessa do Golfe e há tanto nome que eu podia aqui dizer - compreendo que haja uma Rua dos Cucos porque houve uma família no Cerro Malpique, há muitos anos, os Cucos, agora Rua dos Passarinhos ou Rua do Golfe ... O Presidente da Junta há algum tempo falou comigo e disse que, possivelmente, nunca lhe iriam atribuir o nome de uma rua porque não havia uma rua digna para o nome dele. É preferível ter uma rua qualquer, nem que não seja uma avenida, mas ter o nome do homem cá. Esta foi uma das cidades que ele escolheu para se fixar e para viver. É tudo, muito obrigada e queria desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano Novo".-----

Presidente da Câmara: "Em relação ao Senhor José Vieira, o senhor mencionou que tinha três bares e eu não sei quais são os bares."-----

José Vieira: "O Sangria, Jack Irish Pub e o Restaurante a Tasca Portuguesa. Nós temos lá o sonómetro montado e tem feito as medições todas. Está tudo normal e as pessoas mesmo sem música, com o bar fechado, mandam lá a polícia. Eu sou uma das



peessoas que em Albufeira ainda conseguem, com grande sacrifício, manter os bares, as casas abertas, tanto no centro como na Marina. Se eu fechar aquilo, aquilo é um deserto. Os únicos espaços que estão abertos na Marina são os meus e na baixa de Albufeira só estão dois bares abertos e um deles é o meu. Acho que as pessoas falam, nem moram lá, passam férias, e estão a ligar para a Polícia para ir lá fechar-me o bar. Acho que devia haver um bocado de respeito da parte deles. Tenho feito todo o possível e impossível para que as coisas fiquem como deve ser: isolamentos, antecâmaras e essas coisas todas, e há dias convidei o senhor que vive por cima, que se farta de reclamar, a ir ao meu bar quando foi feita uma medição. O senhor esteve lá, pusemos a música no máximo permitido (que o Ambiente lá deixou) e o senhor ligou para casa e perguntou à mãe se ouvia barulho lá e a mãe do senhor disse que não havia barulho nenhum. Mas o senhor continua a reclamar, mesmo com a música a meio gás, com o bar fechado, continua a reclamar. Não sei se querem que feche tudo e que mande quarenta pessoas para o fundo de desemprego. Gostava de ver a situação resolvida porque acho que é demais, é todos os fins-de-semana, às vezes sem música, com o bar fechado aparece lá a polícia. Não sei se as pessoas se identificam ou não, mas acho que a Câmara devia tomar alguma iniciativa. Obrigado".-----

Presidente da Câmara: " Quando fala em polícia, está-se a referir à GNR, certamente. Também em relação à toponímia, tomei nota da sua observação e vou mandar para os serviços competentes. Está aqui o Vereador dessa área, ver-se-á em comissão sobre essa matéria".-----

Vereador Rogério Neto: "Boa noite a todos. Senhor Paulo, o que posso garantir é que na próxima reunião da Comissão de Toponímia, que se realizará até ao final de Março, vai, com certeza, constar na ordem a atribuição de um topónimo com esse nome. Peço desculpa pela minha ignorância porque eu não sabia que este senhor tinha vivido em Albufeira. Digo-lhe desde já que entre os elementos que fazem parte da comissão nunca ninguém falou que tinha havido uma proposta anteriormente. Esta comissão tem tido bastante consideração por todas as propostas ou sugestões que têm sido feitas. Posso dizer-vos até que foi atribuído à entrada de Albufeira, àquela Avenida nova principal, o topónimo "Avenida Engenheiro Pessanha Viegas" que é o Engenheiro que mais responsabilidade teve no desenvolvimento de Albufeira - pelo menos é o que nos foi transmitido e há elementos que estão em arquivo, de revistas do Município. Posso dizer que foi atribuído a uma praceta o topónimo "Língua Mirandesa" que foi pedido pela Associação da Língua Mirandesa. Portanto, tem havido muito cuidado e muita



atenção. É evidente que depois tem que haver uma análise, da parte da Dra. Idalina, que é a pessoa que, normalmente, faz a confirmação de todos estes topónimos, em termos históricos. Aqueles que são nomes com certeza que não é ela, é a própria comissão. Sobre os pássaros, eu não tenho nada contra. Já atribuímos alguns nomes de pássaros, na sequência dos nomes que estão atribuídos nessa zona. Já são nomes que veem de trás. Garanto-lhe que vou tirar o apontamento e não próxima comissão estará lá".-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Empreitada de Execução de Pavimentos "In Situ" em Parques Infantis Públicos do Concelho de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelô Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOIS



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Execução da Empreitada de " Criação de Espaços Multiusos para Desporto Informal do Edifício das Piscinas Municipais";-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Nós gostávamos de saber sobre a criação desse espaço: para o que é que se destina? O que é este desporto informal? Gostávamos que o Senhor Presidente pudesse dar uma explicação em relação a este desporto."-----

Presidente da Câmara: "Também não estou muito por dentro do desporto mas é um desporto informal; é o desporto que tem várias características de utilização: a ginástica, aparelhos... São várias modalidades na área da ginástica, do bem-estar físico, da saúde, que dará para todas as pessoas, todas as idades, todos os escalões, poderem fazer ginástica, fundamentalmente é dentro dessa base."-----

Presidente da Assembleia: "Eu penso que tenha que ver com o facto de os municípios poderem utilizar os equipamentos sem ser em aulas, sem ser em grupo, para uma utilização individual e voluntária, que não em movimento organizado, portanto, informal neste sentido."-----

José Pimenta: "Em relação a este ponto, e em relação a outros pontos da ordem de trabalhos, estamos a seis ou sete meses de acabar o nosso mandato. De qualquer maneira eu gostaria aqui de chamar aqui a atenção (de vez em quando lembro me de qualquer coisa) em relação à Ordem de Trabalhos. Eu penso que é lógico que tenham dúvidas e é natural que tenham dúvidas em relação a certos pontos."-----

Presidente da Câmara: "Isto é uma questão que parte mais dos serviços."-----

José Pimenta: "Eu gostava que, mesmo que não fosse já para este mandato, mas para o próximo mandato, que, da parte do executivo, existisse sempre alguém, da parte técnica ou do gabinete, que dentro da Ordem de Trabalhos tivesse conhecimento para elucidar sobre determinadas matérias que, por vezes, nós não conseguimos descortinar baseado nos documentos que nós temos em mão. É uma sugestão que eu deixo aqui."-----

Presidente da Assembleia: "Hoje estamos a tocar quase todos os Departamentos da Câmara Municipal. Seria quase impossível termos cá um membro de cada Departamento para vir responder às questões eventuais. Nós podemos fazer, e temos toda a legitimidade, de os Membros da Assembleia solicitarem informações mais concretas sobre determinado ponto ou ainda, quando receberem a Ordem de Trabalhos e os



pontos, solicitar que esteja na respetiva sessão um determinado elemento daquele Departamento para que possa, em rigor, responder. Se essa solicitação, por parte de qualquer Membro, chegar até ao dia da Assembleia, solicitaremos à Câmara Municipal a presença dos técnicos. Temos essa legitimidade para questionar e isso não nos vai ser vedado. Temos apenas que solicitar, por antecipação, para que se evitem horas extraordinárias, compensações e obrigar os técnicos a assistir à Assembleia mas sem eficácia prática. Mas que fique bem claro que somos livres de solicitar a presença de qualquer elemento. Depois o executivo, na pessoa do Senhor Presidente mandará quem tiver por conveniente. Chegando um email, uma comunicação nesse sentido aos serviços desta Assembleia, imediatamente oficiamos à Câmara Municipal, por essa diligência, bem como mais informação que sejam pertinentes, para cada Membro, para que a Câmara nos instrua, para que possamos ter informação suficiente. Se repararem, temos tido o cuidado de enviar sempre com bastante tempo de antecedência a documentação porque, em rigor, a Ordem de Trabalhos tem que ser até dois dias antes da Assembleia. A comunicação pode ir até dois dias e nós temos tentado, sempre que possível, mandar com antecedência, para que não falhe informação aos Membros".-----

Presidente da Câmara: "Fundamentalmente é o que eu disse. Se perguntar quais vão ser os aparelhos que vão lá ser colocados, isso não tenho presente, mas fundamentalmente é para usar vários aparelhos de ginástica, num espaço onde as pessoas podem aceder sem estarem constrangidas a uma equipa ou uma direção e, portanto, está lá um espaço com vários usos, com vários tipos de aparelhos, com vários tipos de acesso à prática de ginástica. Neste momento o que estamos aqui a tratar é mais da empreitada da criação do espaço. A parte dos aparelhos que vão lá ser colocados é uma parte muito técnica e que ainda não está aqui a ser observada. Neste momento é mais a adaptação do espaço para que possa lá ser criado e exercido esse tipo de atividade."-----

José Pimenta: " Senhor Presidente, admite que há matérias pertinentes que às vezes apresentamos aqui que levantam dúvidas?"-----

Presidente da Câmara: "Sim, com certeza que são questões muito técnicas. Isto até veio por sugestão dos próprios serviços que estão nas Piscinas, que acham que aquele espaço não está devidamente aproveitado e podia ser adaptado para a prática desportiva para as pessoas que vão às Piscinas, seguidamente ou antes, poderem fazer ginástica de vários tipos, nesse espaço. Os próprios técnicos é que sugeriram que isto fosse feito."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica Vida e Paz para custear o internamento de um Múncipe de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de apoio financeiro à Comunidade Terapêutica do Azinheiro para custear o internamento de um Múncipe de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Prestação de Serviços para Realização de Medições Acústicas;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira,



Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários, em Postos de Abastecimento Públicos em Portugal Continental;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas, para os meses de Novembro e Dezembro de 2016 e Janeiro e Fevereiro de 2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Mário Gaspar: "Relativamente a este ponto, já no ano passado o Grupo VIVA tinha



suscitado algumas perguntas relativamente a esta isenção e também face ao que se passou no ano passado com a questão das cheias. Também não quisemos aprofundar mais mas este ano, por acaso, trazemos aqui uma proposta que a seguir já vou passar a ler. Com a base nos considerandos que esta proposta apresenta, vai buscar a questão da sazonalidade e a questão de um incentivo, um estímulo para os agentes económicos terem os seus estabelecimentos em funcionamento durante todo o ano. Realmente os considerandos, nós concordamos e conseguimos perceber a intenção da proposta mas o que verificamos não é isto. Os estabelecimentos chegam ao último dia de Outubro, encerram portas e voltam a abrir no mês de Março, e esta proposta tem vindo ano após ano e eu acho que os estabelecimentos já a têm como garantida e, sinceramente, acho que a proposta não é a melhor proposta. Nós gostávamos de apresentar uma proposta alternativa, a ser votada, que vou passar a ler (leitura da proposta, Doc. 1 em anexo a esta ata). Acho que era mais justo porque os estabelecimentos que combatem verdadeiramente essa sazonalidade teriam essa isenção e os estabelecimentos que estão fechados acho que deveriam pagar o espaço, pois o espaço é de todos nós e está ocupado pelos estabelecimentos e não é utilizado para outros fins." -----

José Pimenta: "Eu peço desculpa pela minha ignorância mas gostaria de saber: neste momento como é que é a situação em relação ao espaço público? Existe o pagamento anual ou é divisível por doze meses? E esses meses que não têm ocupação da via pública não é pago? Eu gostaria de saber para ter uma posição. Peço desculpa mas não li o regulamento sobre ocupação da via pública - não posso ler tudo. Gostaria de ser informado para depois também ter uma posição." -----

Presidente da Câmara: "Nos meses em que as pessoas não ocupam a via pública, não pagam a ocupação da via pública." -----

José Pimenta: "Fecham o estabelecimento e nesses meses não pagam?"-----

Presidente da Câmara:" Não pagam. Isto destina-se a isentar aqueles que estão abertos, que estão a ocupar a via pública. São estes que irão ser isentos, os que estão fechados não têm que pedir nada nem beneficiam de nada porque estão fechados e não estão a ocupar a via pública."-----

José Pimenta: "Mas há casos em que, mesmo estando fechados, existem espaços públicos que estão ocupados: enquanto há estabelecimentos que põem só as mesas durante a altura que em estão abertos, há outros casos em que praticamente estão sempre lá."-----



Leonardo Paço: "Parece-me que agora é que foi tocada a questão: a questão é que, realmente, existem estabelecimentos diversos em Albufeira que ocupam a via pública mesmo estando fechados, e são muitos. Então acho que a proposta do Mário faz todo o sentido. Esses pagam ou não mesmo estando fechados? Porque eles estão a ocupar a via pública. Acho que a proposta do Mário faz todo o sentido."-----

Mário Gaspar: "Nós fomos buscar os considerandos, que se baseiam muito na questão do combate à sazonalidade. Eu, por exemplo, até contra mim pessoalmente posso estar a falar mas, sinceramente, não ficaria de consciência limpa se não o fizesse. Por acaso, pessoalmente, posso dizer que no estabelecimento que a minha família tem estamos abertos o ano inteiro e tivemos agora algum tempo fechados porque tivemos que fazer algumas modificações, mas o normal é estarmos abertos o ano inteiro, e sabendo que custa bastante no Inverno. Mas temos famílias e também achamos que, para o bem da cidade, devemos estar abertos o ano inteiro. Temos clientes que nos visitam em Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro e fazemos esse esforço. Há muitos estabelecimentos que ganham o seu "carcanhol" durante oito meses e de Inverno estão fechados. E, além de estarem fechados, não ajudando o comércio local, a movimentação de pessoas, ainda têm, eu considero, o benefício de não pagar estas taxas durante quatro meses. E a nossa proposta para os que estão abertos, em funcionamento pleno, é dar-lhes essa isenção. Achamos ser uma proposta justa."-----

Presidente da Câmara: "Eu não deixo de concordar que se deve tomar medidas no sentido de combater a sazonalidade. O Senhor Pimenta colocou a questão em algo que eu próprio já me tenho questionado mas não verifiquei porque há espaços, também referiu, que durante o Inverno, e com estabelecimentos fechados, sugerem uma ocupação. Mas eu ainda recentemente andei pela baixa e consigo circular livremente nesses espaços que estão cobertos. Agora a questão é que aqueles materiais que lá estão, em bom rigor, deveriam ser removidos sempre que não estivessem a ser utilizados. A verdade é que isso não sucede porque é uma incomodidade demasiado grande e a Câmara, de alguma forma, tem sido condescendente nessa matéria porque eles, de facto, não estão utilizar o espaço público e pode-se circular livremente lá, com uma barreira aqui outra barreira ali, mas pode-se circular por dentro daquelas esplanadas cobertas. Eu já tenho refletido sobre isso e, se for entendimento que se deve cobrar esse espaço, não obstante não estar a ser utilizado mas está realmente ali com permanência no local, que sugere a sua utilização como esplanada, não é nada que me ofenda, muito pelo contrário, até porque nós, em Reunião de Câmara, já dissemos



(não sei se já constou de alguma deliberação ou não) que em relação a esses espaços que têm algum sentido de permanência, e que isso já vem de trás, que seria conceder mais algum tempo para que as pessoas pudessem recuperar o investimento, porque aquilo também envolve algum investimento, mas que a tendência, no futuro, seria de retirar todo aquele tipo de cobertura, passar-se novamente à esplanada com sombrinha, para que aqueles locais deixem de não ser utilizados na altura em que o estabelecimento está encerrado e, no fundo, continuem a constituir uma ocupação da via pública. E há também o sentido estético, e há que reconhecê-lo: de Verão ainda passa despercebido com tanta gente e com a utilização das esplanadas, mas de Inverno há que reconhecer que é, objetivamente, inestético, o que se vê neste momento na baixa e que praticamente reduz as fachadas, a beleza das fachadas, a um amontoado de marquises de alumínio que em nada contribui para a beleza da nossa cidade. Acho que isso deve ser objeto de uma discussão aprofundada e eu estarei nessa discussão, naturalmente, embora nós em reunião de Câmara já tenhamos também falado sobre esta matéria, dando algum tempo para que as pessoas possam ir buscar o investimento que fizeram. A tendência, de futuro, será para que aquilo seja retirado porque consideramos que não é estético, em termos de decoração da rua. De qualquer das formas tudo o que seja para combater a sazonalidade e para incentivar os comerciantes que tenham a casa aberta, acho que qualquer iniciativa desse tipo tem todo o mérito." -----

Carlos Santos: "Eu gostava de recordar que a questão dos alumínios, para mim inestéticos, que estão no centro de Albufeira, começou, exatamente, não com alumínio mas com madeira, com o Polis. Quem começou por pôr aquelas coberturas inestéticas em madeira foram os senhores da Polis, o que nos levaria aqui a muitas outras situações: existem estabelecimentos que não se consegue circular entre eles, isto é, se nós olharmos ali para o "Meet", passando pelo "Granfinus", em todos aqueles estabelecimentos que ali estão é possível passar entre a porta do estabelecimento e a própria esplanada. Se formos para o "Bank", se formos para o "Fastnet" para o "Piccadilly" isso são barreiras que ali estão, não se consegue passar. Se do lado da Praça, nos Restaurantes tipo o "Pampas" e os outros que ali estão, também não se consegue passar, o que é certo é que, a maioria das vezes, alguns daqueles estabelecimentos até deixavam as mesas e as cadeiras a ocupar, durante o Inverno, todo aquele espaço (depois da cheia do ano passado já não deixam). E não há qualquer benefício. Aliás, é horrível. Queria deixar o apontamento que não concordo que não



haja uma passagem para qualquer pessoa entre o estabelecimento e a própria esplanada porque estão fechadas, ou seja, existem barreiras que vão até à parede e não se consegue passar pelo meio, salvo aqueles que eu apontei naquela zona, como o "Meet", o "Granfinus". -----

Presidente da Assembleia: "Eu só queria lançar duas questões. Uma em relação ao que o Membro Carlos Santos refere, e estou a falar de cor: a Lei da ocupação da via pública, que tem a ver com o Licenciamento Zero e que impôs limites à ocupação da via pública, diz precisamente isso "Entre o estabelecimento, a parede do estabelecimento e a ocupação da via pública tem que ceder um metro e meio" e estou a falar de cor mas não erro por muito. Inclusivamente podemos deixar isto como recomendação à Câmara Municipal e saber quem é que cumpre essa libertação do espaço, porque é o espaço que é considerado espaço essencial de segurança para que haja a passagem entre o estabelecimento e a ocupação da via pública, que nunca poderá ser vedado. É proibido! Não pode ser impedida a circulação nessa área por questões de acessibilidade, por questões de mobilidade e, portanto, a Câmara pode, efetivamente, confrontar os munícipes porque não se verifica o respeito pela ocupação da via pública."-----

Mário Gaspar: "O Presidente está a falar dessa questão, desse espaço à frente da fachada. Eu, se não me engano, na altura do Programa Polis acho que isso estava contemplado em determinadas áreas, zonas, que o Carlos falou, na zona do "Granfinus", tem essa passagem. Há outras zonas, por exemplo no Cais Herculano, não estava contemplada essa passagem. Agora eu, por acaso, não consigo recordar-me se haverá áreas, ou certas zonas, em que inicialmente o projeto contemplava essa passagem à frente da fachada e, posteriormente, foi alterado ou pelos donos dos estabelecimentos que o barraram ou por outro motivo. Isso também gostaria de saber se aconteceu."-----

Presidente da Assembleia: "Só para dizer que isto não tem a ver com o projeto, tem a ver com a Lei. A Lei da ocupação da via pública, que é igual para todos, tem a ver com dimensões da rua, tem a ver com dimensões de passeios, e, portanto há de haver ruas, inclusivamente onde é proibida ou não é permitida ocupação da via pública porque não há possibilidade de libertação desses corredores de mobilidade. Tem que ver com a Lei das Acessibilidades, tem que ver com a Lei da Mobilidade, não tem que ver com projetos. A Câmara Municipal nem se quer pode ultrapassar essa barreira, se bem que o Licenciamento Zero implica aqui uma questão mais de fiscalização do que o licenciamento, mas não depende da Câmara Municipal. Essa questão é única e



exclusivamente o respeito da Lei, é muito taxativo. Estivemos na Comissão que estudou essa questão e ainda se colocou outra que tinha que ver com o zonamento e nós não podemos fazer um zonamento porque a Lei não permite. Quem for à Plataforma descarrega o seu pedido e a Câmara só tem o poder de fiscalização, nunca o poder de fiscalização prévia, de licenciamento, porque a Câmara já não licencia, só pode fiscalizar. Portanto, pode é caçar essa licença no seguimento da inspeção."-----

Leonardo Paço: "Espero que este pedido de isenção não se limite só ao centro de Albufeira - temos estado só aqui a falar do centro de Albufeira - que seja uma isenção global a todo o concelho, quer a proposta do VIVA quer a proposta da própria Câmara."-----

Presidente da Câmara: "É global para estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas localizados em todo o Município de Albufeira. Na proposta diz expressamente isto que eu acabei de ler "para todo o Município de Albufeira."-----

José Pimenta: "Há qualquer coisa aqui que eu penso que a proposta do Mário não vai contra a proposta da Câmara, só se o regulamento mudar. Como está no regulamento, a Câmara não pode fazer de maneira diferente da que está a fazer neste momento. As propostas vão bater uma com a outra, a não ser que o regulamente fosse mudado a meio do ano."-----

Presidente da Câmara: "O que tem que se fazer é alterar o regulamento. De acordo com o que o Mário pretende, tem que se alterar o regulamento."-----

José Pimenta: "Não vai colidir. Eu compreendo a posição dele dado que a taxa não é paga nesses meses. Agora é só mudar-se o regulamento."-----

Presidente da Assembleia: "É um bocadinho mais do que isso, se eu bem compreendi, Mário. A proposta é no sentido de isenção da ocupação, ainda que não peçam, quando o estabelecimento esteja fechado. A questão é saber se as estruturas estão incluídas nessa ocupação porque se a estrutura é incluída na ocupação, a Câmara tem que taxar. Temos é que saber o que nós vamos considerar para efeitos dessa proposta como ocupação da via pública. Aquelas estruturas/coberturas que são quatro pilares que fazem ocupação das esplanadas, não tem mesas, não tem cadeiras, é ocupação de via pública? Consideramos ocupação de via pública? Esta é a primeira questão que se coloca. Se o estabelecimento deixar as cadeiras, as mesas, o que quer que seja, os vasos na rua, é ocupação da via pública e aqui a Câmara deve cobrar? Que eu saiba nunca se colocou esta questão. É uma questão de sair como proposta para a Câmara, e aqui a Câmara terá que o fazer. Porque se sai daqui agora, é só para nós nos



esclarecermos que é para depois isto não sair dúbio: é saber o que é que nós vamos considerar ocupação da via pública. Ao sair daqui tem que ser uma decisão exequível por parte da Câmara Municipal: se são todas as estruturas que estejam a ocupar, porque aí já se considera ocupação da via pública."-----

Domingos Coelho: "Isso mexe com o regulamento. O regulamento é que tem que estar perfeitamente claro e tem que ser objetivo e tem que ser universal. O que parece, e eu não conheço o regulamento, é que o regulamento está relativamente omissivo, não está muito claro e objetivo, ou então há uma falta de articulação, porque se essa estrutura, com mesas e cadeiras, obviamente que está a ocupar a via pública, tem lá os pilares, tem uma cobertura, a via pública está limitada. Portanto, no meu entender, é ocupação da via pública, penso eu. Agora o que é que o regulamento diz? Penso que o que talvez seja necessário é rever o regulamento e torná-lo claro, objetivo e de acordo com a Lei e aplicá-lo universalmente. Não faz sentido alguns estabelecimentos terem essa faixa entre a porta do estabelecimento e a esplanada e outros não terem. Isto provoca uma situação de desigualdade que, em termos de aproveitamento de espaço para fins comerciais, é completamente diferente."-----

Presidente da Assembleia: "Parece que isto é consensual. A única coisa que estamos agora a discutir é a forma de encaixar isto."-----

Presidente da Câmara: " Eu concordo com o que acabou de dizer o Senhor Professor e acho que isto devia assumir formas de clareza em sede regulamentar, porque aqui não há dúvidas nenhuma: queres manter lá os ferros durante o Inverno, pagas. Mas a pessoa sabe, à partida que, se tiver ferros e não os levantar, vai pagar. Eu penso que será a forma mais transparente, mais clara, e ninguém se poderá queixar. Será essa a forma que me parece ser a mais equilibrada. E aí, se me é permitido, esta Assembleia, não sei se terá alguma Comissão nessa matéria, eu pessoalmente até agradecia que a Assembleia, que tem contributos muito válidos, pudesse fazer uma Comissão, a que eu darei os técnicos municipais para ajudar, para se poder fazer o regulamento nesse sentido, com a profunda clareza, porque parece que estamos todos de acordo. No fundo estamos todos de acordo, mas eu acho que a forma mais correta foi a que acabou de mencionar. Em sede regulamentar a pessoa já sabe: amanhã deixou lá os ferros, vai pagar por isso. Quem abrir o estabelecimento saberá, à partida, porque já vai sendo prática. Aliás, eu também gostaria, noutro sentido, de ir mais longe em relação a se fazer uma discriminação positiva, mas acho que também deve ser em sede regulamentar. Portanto, eu agradecia que, se a Assembleia estiver nessa disposição e



se o Presidente, que conduz os trabalhos... Eu, pessoalmente, concordo com o que tem estado aqui a ser dito em absoluto, e acho que isto deve ser debatido por todos, e havendo consenso nestas matérias, então vamos dar a melhor forma para que ninguém, amanhã, possa dizer "estão a defraudar as minhas expectativas" ou "eu joguei numa coisa e apareceu-me outra". Fazê-lo rapidamente para que entre em vigor rapidamente. Desde já oferecerei à Assembleia Municipal o trabalho dos técnicos municipais destas matérias para puderem ajudar a Comissão e depois vir aqui à Assembleia. E terá uma proposta à Câmara, que virá depois à Assembleia para ser aqui discutida e aprovada, naturalmente."-----

Presidente da Assembleia: "O regulamento da ocupação da via pública é uma cópia da Lei porque a Lei diz como é que as esplanadas devem ser; diz quase tudo: se as cadeiras podem ter publicidade, se não podem ter publicidade, tem uma série de critérios muito objetivos, e também define o que é ocupação de via pública, porque tem a ver com o conceito de ocupação de via pública. Nós podemos dar uma achega, além do que não for proibido por parte daquilo que é taxativo por parte da Lei, podemos modificar. Se hoje vamos deliberar taxar mas depois não sabemos o que é que vai ser taxado, e estamos a falar de Novembro e Dezembro que já praticamente estão passados; depois temos Janeiro e Fevereiro de dois mil e dezassete, que também é de alguma forma injusta que haja um *status quo* estabelecido e agora mudemos as regras sem dar tempo para que as pessoas se ajustem. Tem sido prática desta Câmara Municipal haver esta isenção e permitir essa isenção. Acho que se mudarmos as regras do jogo de um dia para o outro sem que os munícipes tenham tempo de se adaptar e uma vez que nesta data a maior parte dos estabelecimentos já estão fechados, parece-me que poderíamos fazer uma proposta de recomendação no sentido de que, no futuro, passe a ser o que vem proposto agora pelo Membro Mário Gaspar. E neste sentido, também em ato contínuo, estabelecermos os meios para constituirmos a Comissão para o estudo do regulamento da ocupação da via pública. Portanto, podíamos fazer como está aqui no ponto e é conexo com aquilo que estamos a discutir: poderíamos fazer estas duas discussões agora, porque Novembro e Dezembro já estão praticamente ultrapassados, e depois Janeiro e Fevereiro, não vamos permitir que os proprietários dos estabelecimentos, em tempo, consigam adaptar-se àquilo que for a deliberação nesta Assembleia. Parece-me só que é uma questão de justiça para as regras do jogo, que eu gosto que elas sejam sempre claras. Caso contrário parece que estamos aqui a



pregar uma rasteira, só no sentido de o jogo já ir a meio e não vamos conseguir informar toda a gente a tempo. Portanto lançava isto para a discussão."-----

Mário Gaspar: "Eu só gostava de fazer uma pergunta: não tendo o regulamento comigo, nem presente, até que ponto ele é omissivo? Deixo esta pergunta. O que é que o regulamento considera ocupação da via pública? Se no regulamento, na consideração de ocupação de via pública, constar estas tais estruturas que estão fixas, a partir desse momento acho que conseguimos ir lá, porque se está lá fixo, se é ocupação de via pública, podem taxar, penso eu."-----

Presidente da Assembleia: "Mário Gaspar, eu só volto a dizer isto: é uma questão de justiça de regras. Se nós estivéssemos a dizer hoje para Dezembro do próximo ano, acho que sim, toda a gente conseguia, Nós estamos em período de férias, Dezembro já passou praticamente, os estabelecimentos estão fechados e nós vamos dizer "olhe agora vocês, porque não tiraram, vão ter de pagar". É só isso que eu estou a dizer."-----

Mário Gaspar: " Isso também acontece porque a proposta vem em vinte de Dezembro e estamos a deliberar por um mês que já passou, por exemplo."-----

Presidente da Assembleia: "Eu só digo isto porque acho que as pessoas têm que se ajustar às regras. É só por isso."-----

Leonardo Paço: "O Senhor Presidente falou da aplicação da Lei, até mesmo da ocupação que há entre os estabelecimentos e a esplanada. Para uns casos tem que existir e para outros não. Se houver situações graves no centro de Albufeira, há situações complicadíssimas para sair de lá, se houver alguma coisa grave, parece-me que a Câmara tem mesmo que tomar medidas nesse sentido, porque há ocupações da via pública a mais, no meu ver."-----

Presidente da Câmara: "Existem, de facto, mas também devo dizer que grande parte delas não são autorizadas e há muitos, muitos processos de transgressão por ocupações ilícitas da via pública. Eu próprio, este ano ao passear pela baixa várias vezes, constatei várias ocupações perfeitamente ilícitas da via pública e também sei que há inúmeros processos de transgressão nessa matéria com sanções até bastante pesadas. Porque a sanção, de facto, eu até acho exagerada: a diferença que existe se for pessoa singular ou se for pessoa coletiva é uma décalage enorme, são sanções muito pesadas mesmo, e há pessoas que têm várias."-----

Leonardo Paço: " Só que, às vezes, compensa levar a sanção e continuamos a prevaricar, é um erro que compensa porque, se calhar, ganhamos muito mais do que pagamos."-----



Presidente da Câmara: " Mas há uma grande diferença entre o mesmo comerciante explorar o seu comércio em nome individual ou explorar, por exemplo, numa empresa unipessoal. A transgressão é a mesma e a diferença de sanção é enorme: ou uma está muito baixa, na minha maneira de ver, ou a outra está muito alta, mas isto também deve ser objeto de ponderação."-----

José Pimenta: " Eu estou de acordo com o Senhor Presidente da Assembleia. É que neste momento estamos a meio do campeonato. Mudarmos as regras a meio do campeonato é complicado. Estou de acordo com essa Comissão, compreendo a posição do Mário, mas, como eu disse, estamos a meio do campeonato. Para mudarmos para pensar para dois mil e dezoito, estou completamente de acordo. Se isso fosse em Janeiro de dois mil e dezassete para o fim de dois mil e dezassete, tudo bem. Eu também não tenho qualquer restaurante nem sou comerciante lá mas compreendo a situação das pessoas. Estamos em Dezembro e vamos mudar agora? Penso que tem que haver aqui uma flexibilidade, no meu ponto de vista."-----

Mário Gaspar: " Então podemos fazer uma proposta de recomendação para os meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro em anos futuros."-----

Presidente da Assembleia: "Sim, era o que eu dizia. Portanto, será sempre salvaguardado. Fui ver o regulamento, e agora só também para esclarecer, diz, e isto é cópia da Lei: "Para efeito do presente regulamento, entende-se por espaço público toda a área de acesso livre e de uso coletivo afeto ao domínio público do Município de Albufeira, utilizada para as instalações de mobiliário urbano, área contígua ao estabelecimento. É a área que, não excedendo a largura da fachada do mesmo, excedendo até ao limite de oito metros, medido perpendicularmente à fachada do edifício, ou até a barreira física que eventualmente, se localize nesse espaço", esta é a definição que consta da Lei. Amanhã será enviado o decreto-lei e o regulamento. Depois cada grupo Parlamentar indicará um Membro para a Comissão. De seguida informaremos a Câmara Municipal para nos indicar também os técnicos que pretenda trazer para a Comissão e tomaremos como bons os trabalhos da Comissão para a justiça e equilíbrio do regulamento."-----

Soraia Rodrigues: "Já agora, uma recomendação para que em anos futuros estas deliberações sejam feitas atempadamente, porque, como já foi referido, nós estamos a deliberar sobre uma coisa que é suposto isentar. Não isentar depois não faz muito sentido. Isto devia ser deliberado antes de acontecer."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO da Câmara Municipal: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO da proposta de recomendação apresentada pelo V.I.V.A. (Doc.1):-----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

Foi aprovado por unanimidade.-----

VOTAÇÃO da constituição de uma Comissão composta por um Membro de cada grupo municipal: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira,



Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----
Foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para o Fornecimento Contínuo de Acessórios em Poliacetal para Execução de Ramais Domiciliários e Tubo de PEAD - até ao Limite de 26.000,00 euros, acrescido de IVA;--
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para Prestação de Serviços de Manutenção da Instrumentação, Automação e Supervisão do Sistema de Telegestão de Abastecimento de Água e Águas Residuais do Município de Albufeira, até ao Limite Anual de 44.715,00, acrescido de IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----



VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste Direto para Fornecimento de Consumíveis e de Serviços de Assistência Técnica a Equipamentos Multifuncionais e de Cópia;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldes Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Compromissos Plurianuais;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelô Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Proposta de aditamento ao acordo de execução de delegação de competências celebrado com a Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Queria saber em relação a esta delegação de competências: tem aqui a descrição e depois tem aqui os valores, eu gostaria de saber... Fala aqui "assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, e manutenção de espaços verdes", diz respeito à zona de Albufeira, é Albufeira e Olhos de Água, é a freguesia? Tem a ver com a zona de Albufeira, que nós chamávamos anteriormente freguesia, ou tem mais a ver com a zona dos Olhos de Água. A ideia que eu tenho é que quem está a assegurar estes serviços é pessoal da Câmara. Em Albufeira, pelo menos, não é, já nos Olhos de Água não tenho conhecimento de quem está a assegurar estes serviços. É isso que eu gostaria de saber, onde é que é, pelo menos em relação aos espaços verdes



e espaços públicos, sarjetas e sumidouros. Gostaria de saber se é pessoal que faz parte da Junta de Freguesia."-----

Presidente da Câmara: "Em traços gerais será num lado e noutro, mas tem razão ao dizer que tem mais incidência nos Olhos de Água. E temos aqui, por exemplo, feiras e mercados, se calhar terá mais incidência nos Olhos de Água. Também nos jardins, limpeza de sarjetas, também terá mais incidência nos Olhos de Água, mas pode ser também que, em zonas onde a Câmara não atue, eles possam atuar. Há que se ver caso a caso mas isso também é no domínio nas competências da própria Junta que irá agir onde a Câmara não está a atuar. Naturalmente em sintonia com a Câmara e naturalmente naquelas áreas onde poderá haver colisão, para que isso não aconteça."---

Cândido Reigado: "Só para dizer o seguinte: em relação à limpeza de ruas e sarjetas, há necessidade, quando chove, principalmente chuvas um bocadinho mais fortes, haver alguém que faça logo a limpeza porque lá nos Olhos de Água, ao lado da pista de atletismo, um dia e meio ou dois dias depois de ter chovido uma chuva forte, os sumidouros estavam todos entupidos com as folhas dos pinheiros. Essa água, se voltar a chover de seguida, não tem por onde escoar. Naquele caso até não causava grandes problemas porque atravessava a estrada principal e ia para os terrenos, mas há locais em que não é assim. Vai depois causar graves problemas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos treze e catorze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----



PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "A questão que eu ponho aqui é: com esta revisão verifica-se que há seis associações que vão ser comparticipadas com vinte mil euros para carrinhas. Isto, à primeira vista, parece uma coisa confortável. Agora eu gostaria que as coisas fossem transparentes, no meu ponto de vista, e é por isso que eu estou aqui nesta Assembleia. Transparentes como? Quais são as garantias que a Câmara tem de que este dinheiro é destinado para as carrinhas? O Município dá garantias nesta Assembleia que esse dinheiro é para a compra das carrinhas? Se der essa garantia, estamos todos de acordo. No caso de Protocolos com os clubes, com as associações, nós estamos de acordo com isso. Os jovens têm que praticar modalidades. A necessidade de terem dinheiro para esses jovens, essas deslocações e mesmo para material para que tenham essa possibilidade, de praticar desporto... Dá-se esses vinte mil euros e como é que a Câmara sabe? São carrinhas novas? Eu estou aqui a ver clubes e associações, se calhar alguns conhecidos... Desculpem a minha ignorância, não posso também saber de tudo. Como nós, aqui ninguém sabe de tudo. Isto são carrinhas que são compradas novas ou são carrinhas que são compradas em segunda mão? É umas questões que eu gostava de deixar aqui e votar em coerência com aquilo que eu penso: é para os jovens, aliás, até trabalhei com jovens. Se há garantias, tudo bem, senão será diferente. Gostaria que o Senhor Presidente me desse essas garantias."-----

Presidente da Câmara: "Naturalmente que há garantias. Este dinheiro é destinado exclusivamente à aquisição de carrinhas e está a ser destinado àquelas Associações que nos solicitaram este apoio para a aquisição de carrinhas. Portanto, se mais houvesse a solicitar este tipo de apoio, naturalmente que, visando o princípio da igualdade, também iríamos nesse sentido. Agora garantir... Naturalmente, só se as pessoas tiverem de absoluta má-fé e receberem o cheque e forem destinar a outra coisa. Mas isso também há mecanismos legais para esse tipo de atuação. Agora que a garantia que eu posso dar é que este dinheiro é para ser destinado, objetivamente, para a aquisição de carrinhas para transporte dos nossos jovens, isso sem dúvida alguma, isso posso dar a garantia que a ideia é essa, precisamente. Não é para



gastarem em nada mais do que seja a aquisição dessas carrinhas, escrupulosamente para isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 6ª Revisão do Orçamento para o ano 2016;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Tomada de conhecimento da informação relativa à situação económica e financeira do município, conforme estabelecido na alínea d) do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro (Certificação Legal de Contas);-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Vou dizer só que li, dei uma olhadela. Não vou dizer agora que li. Não é fácil também uma leitura de uma prestação de contas. Há aqui umas conclusões e há aqui umas verbas que são indicadas pelo Revisor Oficial de Contas. Isto é natural, que haja sempre alguma coisa que essa firma tenha que dizer e não vejo aqui nada de especial. Eu não compreendo é que isto foi entregue na Câmara, ou pelo menos foi assinado aqui, em Albufeira, a trinta de Março de dois mil e dezasseis, e nós estamos em Dezembro. Quer dizer, não seria natural que esta prestação de contas viesse mais cedo? Penso eu, não sei."-----

Presidente da Câmara: "O que vejo aqui do ofício dos revisores é que foi enviado para a Câmara a onze de Outubro de dois mil e dezasseis e deu entrada em doze do dez de dois mil e dezasseis."-----

José Pimenta: "Pois eu cingi-me aqui à assinatura que eles fazem. Não estou a duvidar."-----

Presidente da Câmara: "Mas eu estou a falar deste ofício. Não estou a pôr em questão que está a duvidar, só estou a mostrar o que estou a ler."-----

José Pimenta: "Eu vi aqui trinta de Março de dois mil e dezasseis e só foi enviado em Outubro..."-----

Presidente da Câmara: "Está aqui Outubro, tem o registo de entrada na Câmara a doze do dez de dois mil e dezasseis."-----

Foi tomado conhecimento.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste direto regime simplificado-Aquisição de serviços de piquete permanente para passagem de ano - Escadas Rolantes da Praça dos Pescadores em Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Direitos de Autor, Fim de Ano 2016/2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZOITO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Licença Delegação Marítima, Fim de Ano 2016/2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, de Ajuste direto regime simplificado - Locação de módulos camarins e sanitários, Fim de Ano 2016/2017;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

José Pimenta: "Estes módulos estão a ser frequentemente arrendados. Não seria mais proveitoso para a Câmara, por exemplo, a compra de módulos para estes efeitos, visto que há vários eventos? Não é possível fazerem uma proposta sobre esta situação para no futuro poderem ser módulos mais pequenos? Os gastos efetuados num ano, trinta e cinco mil euros...Isto é uma questão que eu ponho."-----

Presidente da Câmara: "Eu também me posso questionar sobre isso e é uma questão legítima que o senhor está a colocar. Mas isto tem aqui questões, que são muito técnicas também: a questão da manutenção dos sanitários, por exemplo, a limpeza... É uma questão toda muito técnica que os nossos serviços não estão habilitados para isso. Esta é uma prática que já vem de trás. Presumo que os nossos serviços a venham



mantendo, possivelmente, devido a estas questões todas técnicas que se levantam na manutenção deste tipo de equipamentos, que não é propriamente a vocação do Município fazer este tipo de trabalhos. Mas essa questão não deixa de ser legítima. Normalmente as empresas especializadas estão mais aptas a tomar conta das casas de banho do que nós.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Empreitada de reabilitação do moinho do Cerro do Malpique - Trabalhos a mais;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação para retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de



Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE E UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Ajuste direto para aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, em vários locais do Município de Albufeira;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Sobre este ponto, quero dizer o seguinte: a Câmara Municipal entende que há necessidade, de facto, de colocar, neste caso, uma pessoa ou duas pessoas, seguranças, na escada rolante e junto ao elevador no Peneco. Tendo em conta que este pessoal é necessário o ano inteiro, não ficava mais barato à Câmara Municipal assegurar a Polícia Municipal ou contratar diretamente pessoas, seguranças, para esse efeito, em vez de ter de recorrer a empresas. Porque aí não vai ganhar só a pessoa que, de facto, está a fazer o serviço, a fazer a segurança. Uma parte, e se calhar a maior fatia, vai para a empresa para a qual esse segurança está a prestar serviço. Seria mais correto ser a Câmara a contratar este serviço."-----

José Pimenta: "Nós não compreendemos bem a segurança humana. É efetuada, no nosso ponto de vista, pelas Forças de Segurança. No caso dos mercados municipais, que são efetuados de quinze em quinze dias, tanto nas Ferreiras como em Albufeira, tenho visto lá os seguranças e vejo a Polícia Municipal. Estão ali dois seguranças e eu não entendo o que é que eles estão lá a fazer, palavra de honra. Nós temos uma Polícia Municipal. Antes, na altura das vacas magras, como se costuma dizer, nós víamos ali o segurança, este trabalho era efetuado pela Polícia Municipal, portanto, é necessário. Por vezes, quando os fiscais vão receber os valores dos feirantes, porque é que nessa altura não metem um Polícia Municipal? A Polícia Municipal, que são seis ou oito, serve para quê? Para ver os metros quadrados de terreno dos comerciantes? Já não falo na segurança na Avenida vinte e cinco de Abril nem na Avenida da Liberdade. Isso já não acontece. O Ministério da Administração Interna é que nós devemos pressionar para que tenha mais pessoal para Albufeira. No caso da Passagem do Ano, é necessário ter pessoal para estar ali presente porque, às vezes, há necessidade de assegurar que



materiais que estejam lá... Acho que pode ser efetuado pela GNR mas, às vezes, o Senhor Presidente diz, e muito bem, nunca é demais, nunca é demais cem mil euros. Tenho dito."-----

Presidente da Câmara: "Eu percebo o que diz. Na nossa Polícia Municipal temos poucos agentes e vamos abrir procedimento em dois mil e dezassete para mais agentes de Polícia Municipal. Também ao nível interno, este ano já fizemos uma formação de funcionários nossos para que amanhã possam, em questões de segurança municipal, dar-nos ajuda em muitas situações pontuais. Para além das funções que já exercem a nível de edifícios do município, por exemplo. Mas devo dizer que essa matéria é escassa. Agora, há uma série de equipamentos nossos, e estou a recordar-me, por exemplo, das escadas rolantes, onde é necessário ter alguém a fazer vigilância em regime de permanência porque há sempre os engraçadinhos que gostam de, a meio do percurso, fazer parar uma escada rolante. Se não tivermos lá o serviço de vigilância ela fica lá parada horas e horas intermináveis e, se houver uma avaria, a empresa que nos dá assistência fica sem saber. Aquilo está lá horas e horas até que alguém se lembre de telefonar para a Câmara. E temos ali um equipamento que pode ser vandalizado, pode ser estragado, como já foi vandalizado. As escadas foram propositadamente vandalizadas, com matérias contundentes, precisamente por essa ausência de vigilância e tivemo-las paradas meses e meses porque não havia a peça. Portanto, nós devemos prevenir para que isso não aconteça, para que não haja esse tipo de ações de vandalismos sobre os equipamentos municipais. Estou a lembrar-me também do elevador que há na Praia do Peneco, que serve tanta gente. Quantas pessoas com mobilidade reduzida se servem daquilo! E que nós temos que ter lá vigilância. Se não tivermos vigilância, é também vandalizado. Portanto, não temos Polícia Municipal que possa estar vinte e quatro horas a vigiar um equipamento, ou vinte e quatro horas a vigiar outro equipamento, nem outros equipamentos da Câmara, ou edifícios da Câmara. E por não termos esses recursos humanos, embora estejamos a fazer um esforço de formação daqueles que temos, também estamos a pensar reforçar os mecanismos internos de proteção própria da Câmara, criando até esse serviço, mas, até lá, temos que salvaguardar, até por causa da nossa imagem. Não é só a nossa imagem, como os bens do próprio Município e, portanto, aí não temos alternativa. Neste momento ou contratamos ou deixamos esses equipamentos sujeitos a vandalismo: é tão simples como isto."-----



José Pimenta: "Então, vamos lá: as escadas rolantes são quatro e nesta altura estão a ser vigiadas até às vinte e uma horas. Senhor Presidente, se alguém quiser vandalizar, eles vão vandalizar mesmo. Infelizmente é assim. Porque são quatro escadas rolantes, e não são duas, se ficar um segurança lá em cima e outro cá em baixo, quem quiser vandalizar, mesmo com eles lá, eles vandalizam na mesma. A gente espera que eles não vandalizem, porque quem quiser vandalizar vai lá às nove e cinco ou às nove e um quarto, ou quando o segurança for à casa de banho, porque que também tem esse direito."-----

Presidente da Câmara: "Mas pelo menos, durante o período de utilização, não param aquilo, pelo menos isso. Senão íamos quadruplicar o valor da vigilância."-----

Mário Gaspar: "Só uma pergunta: como estamos a falar de escadas rolantes e do elevador do Peneco, só mesmo para elucidar, não estamos só a falar das escadas rolantes e do elevador?"-----

Presidente da Câmara: "Não. Há mais equipamentos."-----

Mário Gaspar: "Assim não conseguia compreender estes sete mil e quinhentos euros mensais no ano de dois mil e dezassete - noventa mil euros dá sete mil e quinhentos euros mensais."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: duas (02): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (22): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação da Moção subscrita pelo Partido Socialista com o tema "Defesa do Novo Hospital Central do Algarve";-----



Presidente da Assembleia: "Duas chamadas de atenção: esta Moção já veio *in extremis* no prazos dos dois dias, mas tratava-se de uma Moção que já tinha sido discutida na AMAL por isso achei que deveria ser incluída. Chamo aqui também a atenção para o ponto vinte e três para saber se algum Membro da Assembleia questiona a legitimidade da sua apresentação uma vez que não foram respeitados os dois dias de antecedência em relação à realização da Assembleia Municipal. Não havendo nenhuma objeção, considera-se aceite por unanimidade à discussão o respetivo ponto, apesar de não ter sido respeitado o período mínimo de antecedência"-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Adriano Ferrão: "Este documento já me tinha chegado às mãos, aquando da minha presença na AMAL, na Assembleia Intermunicipal, e já lá constatámos que, embora o espírito do documento seja louvável porque vem ao encontro de uma verdadeira aspiração por parte dos algarvios, promovendo, com certeza, uma melhor qualidade na sua saúde, enferma aqui nos considerandos. É um documento que, de alguma maneira, está virado para o futuro, e os considerandos um e quatro não me parecem que venham a colidir com esse espírito do documento. Contudo, já o dois e o três realmente focam-se mais no passado. E, então, criam aqui um pouco da história destes acontecimentos e acabam por não retratar todo esse historial, havendo aqui lacunas que podem parecer um pouco intencionais, em termos políticos, ultrapassando aquilo que é um interesse mais genérico. Todos os partidos estão em torno de uma questão que parece essencial, que é o Hospital Central do Algarve e a sua valência também académica na preparação dos futuros médicos. Assim, que esta Moção só poderá ser aceite por esta bancada desde que não constem os considerandos dois e três."-----

Presidente da Assembleia: "Antes de continuar com as inscrições, só para fazer aqui um ponto de situação, na AMAL foi proposto, e foi aceite unanimemente, que o texto da Moção se cingisse ao que vem na página quatro, no quarto parágrafo, quando diz: "Assim, face à situação", que é retirada, "a Assembleia Municipal, reunida em sessão extraordinária, delibera..." e depois um, dois, três, quatro, cinco. Foram apenas estes cinco pontos que foram o objeto da Moção e não o resto do texto. Não sei se foi isso que eu percebi da parte do Adriano Ferrão, que era essa a proposta, ou seja, votar apenas o corpo da Moção propriamente dita e não os considerandos, ou seja, separar em duas partes. É isso?"-----



Adriano Ferrão: "Tendo em consideração o teor dos considerandos..."-----

Presidente da Assembleia: " Sendo suprimidos já é o corpo da Moção. Eu apenas estou aqui a replicar o que se passou na AMAL: foram votados os pontos um, dois, três, quatro e cinco como a Moção propriamente dita. Aquilo que depois respeita o ponto cinco, que é remeter cópia da deliberação, a deliberação recairia sobre os pontos um, dois, três, quatro e o próprio quinto, sem os demais considerandos que seriam considerados o introito da Moção e não o corpo da Moção."-----

Presidente da Câmara: "Nestas questões regionais vale a pena achar consensos."-----

Geraldes Simões: "Penso que não há problema nesse sentido, tal como ficou na AMAL, e, portanto, acho que é importante que haja um consenso muito generalizado em relação a estas coisas, embora chame a atenção, e acho que é muito importante termos todos consciência disso, de que o Serviço Nacional de Saúde no Algarve nunca esteve tal mal como agora, que a criação do CHA foi das piores coisas que aconteceu no Algarve durante todos os anos de vigência do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, estamos mesmo, mesmo, muito mal. A criação de um novo Hospital é quase indispensável e acho que deve haver consenso nisso."-----

José Pimenta: " Deixe ver se eu entendi: na posição do PSD, qual é o considerando que fica? O ponto um conserva-se, não é?"-----

Presidente da Assembleia: "Conserva-se o um, dois, três, quatro e o cinco. Eu fiz uma proposta diferente: a minha proposta é coincidente com a da AMAL - um, dois, três, quatro e cinco, que é a parte deliberativa."-----

Mário Gaspar: "A bancada do PSD, o Deputado Adriano, disse que a bancada do PSD votaria contra, caso fosse incluído o ponto dois e três, acho que foi isso que percebi."--

Adriano Ferrão: "Não, não foi isso que eu disse. Fiz uma crítica aos considerandos dos pontos e aquilo que eu considere é que o espírito que está no plasmado no um e no quatro é ligeiramente diferente daquilo que está no dois e no três. É este documento que foi colocado à AMAL e que se arranjou um consenso, após o debate, para ser votado e foi votado favoravelmente."-----

Presidente da Assembleia: "Ou seja, o que na AMAL se fez não foi retirar conteúdo à Moção, foi torná-la inócua do ponto de vista dos ataques políticos ou de considerações políticas. Aquilo que interessa é uma união no sentido do interesse do Algarve e, portanto, o que se entendeu foi considerar que todo o texto da Moção é o introito para apresentar a Moção, que é onde se deve deliberar, isto é, o ponto um, dois, três, quatro e cinco, que é o corpo da Moção. O resto é o requerimento que acompanha a



Moção. Portanto, aquilo que nós poríamos aqui a discussão era, obviamente, e eu não me estou a substituir aos apresentantes da Moção, é a minha proposta, a Moção seria assim: "A Assembleia Municipal reunida em sessão extraordinária de vinte de Dezembro de dois mil e dezasseis, delibera ... ponto um, ponto dois, ponto três, ponto quatro e ponto cinco", isto é a Moção."-----

José Pimenta: "E o texto perdia-se?"-----

Presidente da Assembleia: "Não se perde. Estou apenas a dizer o que foi considerado na AMAL. Não se perde porque é o requerimento."-----

José Pimenta: "Eu já sou velho nisto! Eu compreendo."-----

Presidente da Assembleia: "Não se trata de ser mais velho ou mais novo."-----

José Pimenta: "É que isto é tudo política. Isto não deixa de ser política."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Pimenta, vai-me perdoar... Agora eu estava a expor a Moção, a minha proposta, e estava a dizer que foi o que se arranjou na AMAL e, portanto, estou aqui a fazer uma cópia do que se fez na AMAL. Ninguém está a retirar conteúdo à Moção. Estamos apenas a dizer que são considerações do apresentante da Moção e que a Moção a deliberar, que é o mais importante para mim, é que saia daqui uma posição concertada em que a Assembleia tenha a maior força possível numa deliberação que é importante, que não se trata de valências políticas mas sim de uma decisão que seja importante para o Algarve inteiro. Portanto, acho que é o mais importante. Volto a dizer: foi o que se atingiu na AMAL e faz-me pouco sentido, do ponto de vista pessoal, que os partidos na AMAL tenham conseguido atingir um entendimento naquilo que eu estou aqui a dizer e que hoje façamos uma coisa completamente diferente. Como já vimos, o apresentante da Moção não se opôs a que seja cingida à parte deliberativa porque o resto não é Moção - o resto são considerações - e nós vamos deliberar apenas sobre no ponto um, dois, três, quatro e cinco, que é o que é solicitado. A minha proposta era neste sentido para que nós nos colássemos à posição que foi tomada na AMAL relativamente a esta questão."-----

José Pimenta: "O que eu tenho a dizer é o seguinte: eu li a Moção, acho que, na nossa opinião, deve avançar como está, aliás, até no caso da parte política. Nós somos políticos e se não fossemos políticos não estávamos aqui. Estamos a defender as populações, de cada uma das suas terras, mas não deixamos de ser políticos. Aliás, o homem é, naturalmente, um animal político. Agora não estou a perceber essa posição. Fazem muito bem tomar essa posição. A nossa posição não é essa, a nossa posição é que o texto está de maneira que crítica os vários governos em relação ao Serviço Nacional



de Saúde, e acho muito bem. Só não percebo o caso da Moção, só não compreendo aqui em relação à Moção, quando não se refere à posição em relação ao Centro Hospitalar do Algarve. O que é que o PS pensa? Ou o que é que esta Moção, que é do PS pensa, em relação à autonomia dos vários hospitais, em relação a Lagos, em relação ao Barlavento, e em relação a Faro? Se deve continuar o Centro Hospitalar do Algarve? Mas, de qualquer maneira, achamos que esta deve ser aquela que deve avançar, mas isso é o PS que dirá algo."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Pimenta, nós estamos a discutir uma Moção, que é a defesa do Novo Hospital Central do Algarve, e, portanto, esse é o ponto da situação. É a discussão do Novo Hospital Central e não a autonomia disto ou daquilo. E digo-lhe que a decisão e a proposta vêm no sentido daquilo que foi a decisão da AMAL e, portanto, não vou discutir muito mais do que isso. Independente de sermos políticos, e somos, se não aqui não estaríamos, independente do quer que seja, para mim o mais importante não é o ataque ao Governo ou aos Governos. Para mim o mais importante é votar favoravelmente a criação do Novo Hospital Central do Algarve e que esta Assembleia o faça por unanimidade ou o mais aproximado possível. Não é uma posição crítica, porque senão teríamos que ir buscar a notícia da Senhora Ministra que há uns anos atrás, em dois mil e onze, publicamente e na televisão, lançou a primeira pedra que nunca chegou a ser lançada. Teríamos que ir buscar outros Ministros, tínhamos que ir buscar este Governo, tínhamos que ir buscar o Governo anterior, e isto não me resolve o problema do Centro Hospitalar do Algarve, que eu pretendo que seja construído para a defesa do Algarve. Críticas podemos fazê-las, e cada um pode fazer a sua Declaração de Voto, relativamente a isto. Para mim o mais importante é que esta Assembleia delibere uma questão essencial para o Algarve, essencial para a saúde de uma região, essencial para a defesa de uma região, que é a criação de um novo Centro Hospitalar no Algarve e que nós conseguíssemos ter uma Moção que seja o mais colada à unanimidade possível. Meus Senhores, seja o Governo que for, acho que ela deve ser coincidente e deve ser concentrada naquilo que é essencial para que haja consenso, e o consenso faz-se com cedências, não se faz com críticas. A proposta que eu faço é única exclusivamente no sentido de atingirmos um consenso, o mais genérico possível para que possamos votar e sairmos daqui com um conforto, pelo menos em consciência, de que votámos todos a favor do Centro Hospitalar do Algarve e não contra A, B, C ou D. Essa é a minha proposta e não vale a pena perdemos muito mais tempo com isto. Passamos aqui ao



subscritor da proposta, para dizer de sua justiça e passamos à votação e acho que fica arrumado o assunto."-----

José Pimenta: "Senhor Presidente, então o Senhor Presidente da Assembleia não me pode dar a palavra? É isso? Vai-me cortar a palavra? É?"-----

Presidente da Assembleia: "Eu não lhe estou a cortar a palavra. Eu estou a dar a palavra ao autor da Moção. Posso estar a discutir consigo, o senhor comigo, mas o autor da Moção não altera uma vírgula. Vamos passar ao que é essencial, digo eu. Temos uma proposta de Moção, a minha proposta é complementar à proposta do Membro Adriano Ferrão. Se o subscritor da Moção aceitar, colocamos à deliberação o que ele aceita, porque a Moção é dele. Podemos apenas propor alterações, não temos o poder de a alterar, isso aí é o subscritor que faz."-----

Geraldes Simões: "Em relação a isso que eu há pouco disse, e volto a dizer, que este assunto é um assunto extremamente importante, em que o consenso também é bastante importante, na medida em que estamos a falar de uma situação que tem influência nos próximos anos. Não é uma coisa para hoje, para amanhã, não é uma discussão de uma coisa pequena, é uma discussão, quase política, de saúde para o Algarve que, também como disse há pouco, sofreu e tem sofrido imenso, em termos de saúde. Portanto, concordamos em que a proposta fique semelhante ao que aconteceu na AMAL, com consenso generalizado ou tentando que haja este consenso também aqui nesta Assembleia Municipal e haja uma aprovação generalizada desta proposta. Em relação ao CHA vou dar a minha opinião pessoal, que penso que vai ser o caminho que o Partido Socialista irá seguir: o CHA foi talvez das piores decisões em saúde que existiram nos últimos anos em relação ao Algarve."-----

José Pimenta: "Afinal nós estamos todos de acordo que haja um novo Hospital Central do Algarve mas não invalida que haja críticas em relação aos Governos que trataram mal a saúde no Algarve, o Serviço Nacional da Saúde. Mas porque é que não há de haver uma crítica, o Senhor Presidente? Isto é a nossa posição. Nós não vamos deixar de votar favoravelmente esta Moção, mas nem pouco mais ou menos. Vamos votar com certeza, mas não invalida apresentarmos o documento. E vamos retirar as críticas todas? Isto não tem críticas: acho que devemos fazer críticas em relação ao passado. Agora vamos esquecer tudo, vamos esquecer porquê? Isto é a nossa posição. Vamos votar favoravelmente, estamos de acordo, sempre estivemos de acordo, sempre fomos pioneiros em relação à situação do Novo Hospital Central do Algarve. Achamos que no documento poderá haver críticas."-----



Presidente da Assembleia: "Só vou dizer isto e depois também termino: não vale a pena. Ninguém disse para não haver críticas. Eu foco-me é numa coisa mais importante. Parece que estamos em discussão sobre quem tem razão mas para mim o importante é, para não ficar a minha posição confundida com opiniões, única e exclusivamente concentrar-me naquilo que é importante, que é o Centro Hospitalar. As críticas políticas partem de todo o lado, como quiserem. Agora, não é o importante nesta Moção, na minha opinião, como não foi na AMAL. A proposta que foi não tem que apontar críticas a qualquer Governo. Tem única e exclusivamente que se concentrar naquilo que é importante, que é a defesa do novo Hospital Central do Algarve. Isso é o mais importante."-----

Presidente da Câmara: "Eu apenas quero dizer uma coisa. Nem sequer devia estar a intervir nesta matéria mas na AMAL, e falo em relação a todos os Presidentes de Câmara da AMAL, a nossa regra é achar consensos naquilo que é importante. Naturalmente, e a bem da democracia, ainda bem que há críticas, com certeza, e as pessoas têm a liberdade de as fazer. Mas também para se conseguir consensos, naquilo que é importante, então vamos tirar essas críticas desse documento. Poderá fazê-las como declaração de voto, poderá fazê-las de toda a maneira e feitio, mas conseguir o consenso há sempre algo em que nós temos que nos centrar, ou seja, naquilo que é essencial. E essencial, toda a gente está de acordo, é querer o Hospital Central do Algarve, nisso ninguém tem dúvidas. Eu também há muitos anos que o defendo. Não é agora que o passei a defender, já há muitos anos que o defendo e, portanto, esse é que é o essencial. O essencial não é a crítica aqui ao CHA. Pode-se fazer, deve-se fazer, até para melhorar. A crítica serve, precisamente, para melhorar mas, neste momento, não é o essencial. Neste momento o que é o essencial é uma questão regional, e que está acima disso tudo, independentemente das críticas que se possam fazer e que se devem fazer, mas para se achar consensos, e é o que temos como regra na AMAL, é abdicarmos de muita coisa para, no essencial, estarmos de acordo, e no essencial nesta Assembleia também vejo que estão todos de acordo."-----

Presidente da Assembleia: Ficaré o texto iniciado da seguinte forma: (se não concordar depois dir-me-á, se fizer o favor) "A Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em sessão extraordinária de vinte de Dezembro de dois mil e dezasseis, delibera... ponto um, dois, três, quatro e cinco". Depois será remetida cópia desta Moção, nesta parte, à Comunicação Social."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

José Pimenta apresentou e leu a declaração de voto referente ao ponto vinte e dois. (Doc.2, anexo a esta ata) -----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação, de Contratação de Nova Plataforma Eletrónica;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Anacleto Baptista, Lurdes Meirinho, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Fernando Cabrita, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Otelo Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Gregório, e Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Joaquim Vieira.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----



Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

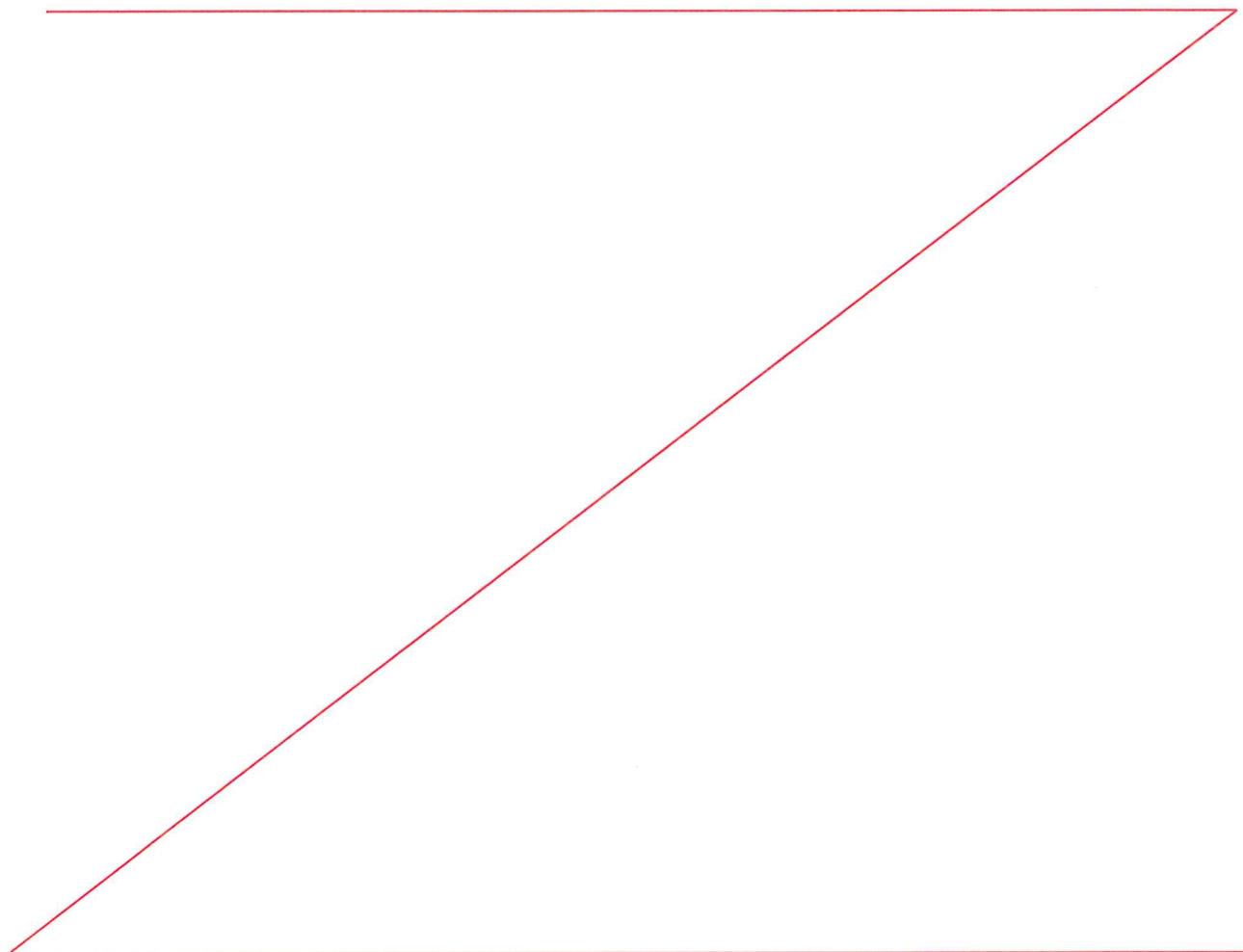
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:15 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 20 de Dezembro de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Grupo V.I.V.A

P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL 20 DEZEMBRO 2016

PONTO 7 ^{de recomendação}

Proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação da via pública para estabelecimentos comerciais e de restauração ou bebidas para os meses de Novembro e Dezembro ~~de 2016~~ e Janeiro e Fevereiro ~~de 2017~~ aos estabelecimentos que comprovadamente estejam em funcionamento nesse período, em todo o município, em anos futuros.

Grupo V.I.V.A
Sara Pereira Rodrigues
Hónio Samuel Raimundo Gaspar

Adoptado por unanimidade.



C. D. U.

**Declaração de voto sobre a moção do PS
saúde/hospital central**

As questões relacionadas com a prestação de cuidados de saúde nomeadamente no Algarve, sendo um imperativo constitucional que os vários governos não cumpriram, são de facto de uma importância central não só por nesse enquadramento, mas sobretudo por tudo aquilo que representam para as populações e que se interliga com todas as vertentes da vida,

Dai que, exigem na sua análise e na tomada de medidas, uma ponderação e um tratamento isento de demagogia, uma postura de assumpção de responsabilidades de políticas erradas inseridas em opções de carater economicista/ideológico que, ou se reconhecem, ou então corre-se o risco de ficar tudo na mesma ou ainda pior

O estado a que chegou a prestação de cuidados de saúde no país e nomeadamente no Algarve é reconhecidamente caótico, pela generalidade de todas as forças politica e sociais e pela população. Como nada na vida acontece por acaso, este estado caótico, tem na sua génese autores: uns terão culpas maiores, outros, as culpas terão menos peso não deixando de ter culpas.

Tem culpas, o PS na medida que nos anos das suas governações principalmente nos últimos 7/8 anos, foram tomadas medidas que gradualmente contribuíram para a



descida do SNS, de uma escala de 12^a lugar no plano da Europa, para uma escala, que pela ação do governo PSD/CDS praticamente bateu no fundo.

Tal como procedemos até aqui: considerando que politicamente os erros tendo que ser corrigidos, tem que ser apontados e responsabilizados aos seus autores, e só desta forma não se corre o risco maior, de se repetirem.

Vamos continuar a lutar por um SNS público universal e gratuito enquadrado no texto da constituição de Abril, sempre disponíveis para contribuir com propostas e soluções que caminhem em direção a esse objetivo.

Estamos a contribuir com ações concretas quer no plano dos vários concelhos do algarve, ações levadas a cabo pelas organizações do PCP e pelos eleitos da CDU, quer solidarizando-nos com outras estruturas unitárias nomeadamente comissões de utentes, que têm desenvolvido uma importante luta não só de denuncia, mas também em defesa de direitos, como é o direito à saúde; assim como no plano institucional, apresentando moções nas assembleias municipais e levando os problemas à Ass. da republica através do deputado do grupo parlamentar do PCP eleito pelo Algarve

Relativamente ao conteúdo da moção do PS; concordamos com alguns dos considerandos, podemos subescrever outos, elucidámos a cronologia do processo da construção do Hospital central do Algarve, iniciado em



2002 até à data atual, com registo de 5 anos de interregno, mas não 5 anos sem luta

O PCP, não deixou de lutar, mesmo que se insira essa luta contra o memorando da troika, que relegou a sua construção para as calendas gregas, perante a passividade e aceitação dos partidos que sobrescreveram tal peça que apelidamos, de um autentico pacto de agressão.

Sendo que nesta ponta final para além das boas intenções pouco ou nada existe de palpável nem mesmo que fosse, alguma verba inscrita no OGE para 2017. Assim reza a moção

Discordamos da tentativa de diluir responsabilidade do anterior governo na desarticulação dos serviços de saúde no Algarve, imputando-as ao concelho de administração do CHA; reconhecendo-se que este organismo e o seu presidente foram de facto exímios executantes dessas políticas e como tal cabe-lhe parte da responsabilidade pelos efeitos nefastos causados.

Inquietamos que não se clarifique abertamente o que pretende o PS fazer do CHA, se mantém o que demonstrou ser um erro tremendo que acarretou e ainda acarreta prejuízos na prestação de cuidados de saúde no Algarve, se bem com alguma cosmética, ou retoma a autonomia dos hospitais dotando-os de meios que respondam as solicitações das populações



Relativamente às propostas de deliberação: não discordamos de todo do seu conteúdo, mas consideramos que deveriam ser mais explícitas e exigentes, tendo em consideração a urgência da matéria em causa e o novo quadro político que determina outras condições para se poder ir mais além.

Neste enquadramento votamos a favor; não de todo o conteúdo contido na moção, mas numa prestativa de contributo para a resolução de um gravíssimo problema que afeta o povo do Algarve.

OS ELEITOS
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]